

**La obesidad y la pobreza en los medios de comunicación: estudio de caso del periódico  
brasileño Folha de São Paulo desde 1996 hasta 2005**

**Monica Carvalho<sup>1</sup>**

**Resumen**

¿Cómo es la relación entre la obesidad y la pobreza en el periódico “Folha de São Paulo”? El problema se produce en un contexto donde, cada vez más, los medios de comunicación dieron visibilidad a los estudios epidemiológicos que advirtieron sobre el aumento de la obesidad entre los brasileños, especialmente entre los más pobres.

La cuestión implica una dinámica social del control de los riesgos que se manifiesta a través de prácticas individuales de gestión, entendida como una forma de gobierno adecuada para un modelo de Estado mínimo. La Folha de São Paulo es uno de los periódicos de mayor venta en Brasil y también es considerado uno de los diarios más influyentes del país, en la medida en que tiene características de un vehículo de formación de opinión.

El vínculo entre la obesidad y la pobreza constituye el corpus de este trabajo y fue el criterio para elegir los 65 artículos periodísticos publicados en el periódico entre 1996 y 2005.

El propósito de este artículo es presentar la metodología y los resultados de la investigación.

El análisis de 65 historias de noticias ha sido hecho a partir de dos niveles:

- 1) un cuantitativo basado en el análisis de contenido y
- 2) otro cualitativo, que se basó en:
  - a) un análisis del contexto histórico de producción de las unidades noticiosas,
  - b) un análisis de las principales fuentes utilizadas por el periódico y
  - c) un análisis de las metáforas principales en el conjunto del material observado.

A partir del análisis del material recogido se observó que el tema de la obesidad y la pobreza, más que un problema de salud pública, es un problema esencialmente político. En este escenario, en particular entre los períodos 2003 a 2005, se observaron disputas discursivas con el propósito de abrir un largo debate sobre el papel del Estado.

Palabras clave: periodismo; riesgo; salud; obesidad e pobreza

**Introdução**

---

<sup>1</sup> PhD en Comunicación y Cultura. Investigadora en el Instituto de Bioética de la Universidad Católica Portuguesa. mmcarvalho@porto.ucp.pt

De que maneira se dá a relação entre a obesidade e a pobreza no diário brasileiro Folha de São Paulo? Esta questão foi feita num contexto onde cada vez mais os media davam visibilidade aos estudos epidemiológicos que alertavam para o aumento da obesidade entre os brasileiros, em especial os mais pobres. Para além desta questão ter um valor circunstancial delimitado por um universo de produção dos sentidos relacionado com os campos jornalístico, político e da saúde no Brasil, ela também se relaciona com uma dinâmica social de *controle dos riscos*. Esta dinâmica seria uma espécie de modelo de “calibração” do social através de práticas individuais de auto-gestão, já que o risco é considerado como uma consequência das escolhas pessoais acerca do próprio estilo de vida.

O sentido de risco que aqui se destaca é o de uma imposição *internalizada*, a partir da qual as autoridades estabelecem discursos, políticas e acções em saúde – sobretudo informativas –, que exortam as pessoas a avaliarem seu risco individual de adoecerem e, portanto, a mudarem seu comportamento de acordo com este mesmo risco. Essa dinâmica se interpõe em um jogo que envolve liberdade de escolha, responsabilidade e cálculo, que dê conta do prazer e do controle sobre o futuro, ao mesmo tempo em que há um desinvestimento crescente do Estado para, entre outras coisas, diminuir os gastos públicos.

Neste artigo pretende-se apresentar a metodologia de investigação e alguns dos resultados obtidos na investigação de tese, que teve como fonte 65 peças jornalísticas do jornal brasileiro “Folha de São Paulo”, entre 1996 e 2005 (Carvalho, 2007). O nexo entre a obesidade e a pobreza constituiu o *corpus* desta investigação, tendo orientado a escolha e a selecção do material nos media. De maneira a proporcionar uma maior densidade analítica das 65 peças jornalísticas recolhidas, a análise partiu de quatro níveis ou vieses: 1) análise de conteúdo; 2) análise dos discursos das principais fontes; 3) análise dos contextos históricos de produção das notícias e 4) análise das principais metáforas encontradas.

De acordo com a análise do material, constatou-se que o tema obesidade/pobreza na Folha de São Paulo, mais que um problema de saúde pública, remetia-se a uma questão essencialmente política. Particularmente entre 2003 e 2005, observou-se que havia disputas discursivas que tinham como objectivo abrir um amplo debate acerca do papel do Estado no Brasil.

## **1. Risco, obesidade e pobreza**

Na actualidade, a ideia de *controle dos riscos* nos remete para uma série de questões que envolvem propostas políticas e acções públicas em todos os sectores, em especial na área da saúde. A concepção de tais propostas e acções pressupõe necessariamente o envolvimento dos meios de comunicação. Seja o veículo de comunicação privado ou do Estado, a presença dos media é fundamental na forma como o público pode perceber o risco, não só porque é através dos media que o

risco se torna conhecido, assim como supostamente torna-se passível de controle. Isto explica o facto de o papel dos media ser considerado crucial no modo como o indivíduo hoje lida consigo mesmo na promoção da sua saúde.

Não é de hoje que esta preocupação com o risco vem sendo estudada. Segundo Lupton (1999), há tempos que as sociedades contemporâneas têm ficado cada vez mais atentas em relação aos riscos, em especial os que são causados pela tecnologia e pelo estilo de vida. A mesma autora, afirma que, na saúde pública, os discursos sobre o risco podem ser separados em duas abordagens principais. A primeira é a idéia de um *perigo externo à saúde* das populações, representado por ameaças do ambiente – poluição, vazamento nuclear, resíduos químicos tóxicos, entre outros. Para tais perigos, os indivíduos em particular teriam poucas possibilidades controle. A segunda abordagem concebe o risco como uma consequência das escolhas individuais acerca do estilo de vida, dando ênfase, assim, à importância do controle sobre si mesmo. Ao contrário da primeira abordagem, aqui o risco adquire o sentido de *algo que é imposto internamente*, uma função da capacidade individual de gestão de si. É com base nesta segunda concepção de risco que as autoridades costumam exortar as pessoas a avaliarem seu risco individual de adoecerem e, dessa forma, mudarem seus comportamentos de acordo com este risco.

Há ainda uma terceira perspectiva (Lupton, *op. cit.*), embora bem menos comum que as duas anteriores. Refere-se aos grupos sociais, mais do que aos indivíduos, os quais poderiam estar em risco por não terem acesso suficiente aos serviços de cuidado à saúde. Aqui, o risco envolve uma desvantagem social, que dependeria das ações políticas, de modo a lidar com questões tais como o rendimento e/ou os factores internos, tal como a falta de motivação pessoal.

É importante acrescentar que a legitimação do *risco* na medicina parte do cálculo como recurso de avaliação metodológica e estatística sobre os eventos de saúde. Baseia-se em determinadas variáveis previamente escolhidas, as quais se apóiam em teorias que lhe possam dar consistência. Contudo, o *risco* propicia o aparecimento de discursos moralistas, sugerindo em certa medida posturas e atitudes das pessoas diante da própria vida. Segundo Beck (1992), as determinações acerca do risco não defendem abertamente padrões morais, antes fazem-no através de uma moralidade quantitativa, teórica e causal implícita.

A epidemiologia adquire um de disciplina a partir dos estudos sobre o risco e ganhou espaço à medida que a ideia de controle dos riscos populacionais torna-se importante nas ações médicas. Actualmente, a epidemiologia consolida práticas de intervenção sanitária que são muito mais voltadas para as mudanças individuais de comportamento. De facto, os chamados factores de risco – hábito de fumar, consumo de álcool, uso de drogas, alimentação deficiente, falta de exercícios, promiscuidade etc. –

tendem a responsabilizar os indivíduos pelas suas doenças, deslocando, assim, a ênfase das acções colectivas de saúde para as acções de carácter individual.

A *transição nutricional* é o conceito que, na epidemiologia, orienta a maior parte das discussões acerca do nexos entre a obesidade e a pobreza. Foi primeiro observada nos países desenvolvidos mas, actualmente, também está presente nos países emergentes, como o Brasil. Segundo Kac e Velasquez-Melendez (2003, p. 4), na transição nutricional “ocorre uma inversão nos padrões de distribuição dos problemas nutricionais de uma dada população no tempo, ou seja, uma mudança na magnitude e no risco atribuível de agravos associados ao padrão de determinação de doenças atribuídas ao atraso e à modernidade, sendo em geral, uma passagem da desnutrição para a obesidade”.

No Brasil, as mudanças teriam acontecido a partir da década de 1970 (Monteiro, Conde & Popkin, 2002). Em 1975, havia dez casos de crianças com baixa estatura ou crescimento reduzido para um caso de sobrepeso. Em 1996, a razão de 10:1 diminuiu para 3:1. As mudanças foram mais visíveis na região sudeste. Mas a transição foi observada entre adultos em todo o país: a prevalência de peso baixo caiu de 8,3% para 5,0% (1975-1989) e depois para 3,5% (1997), enquanto a obesidade sobe de 2,1% para 4,1% e depois para 6,4% respectivamente.

## **2. Base teórica para uma proposta de análise da saúde nos media**

O objectivo deste artigo é apresentar a metodologia de investigação utilizada e alguns dos seus resultados de modo a demonstrar o uso que se fez da metodologia proposta, lembrando que o trabalho visava investigar o papel das dinâmicas de poder na construção do nexos obesidade/pobreza como discurso legítimo pelos media. No entanto, é importante que se perceba quais foram as bases teóricas para o desenho da metodologia, até porque este desenho pressupõe a utilização de quatro vieses ou níveis de análise dos textos do diário a serem descritos mais adiante. Embora estes quatro vieses ou níveis de análise sejam considerados complementares, cada um pode ser visto como uma abordagem metodológica à parte. Contudo, a ideia desta investigação foi proporcionar uma maior densidade analítica do material, o que não pareceu de modo algum viável através apenas de um ou dois dos níveis propostos, daí a opção pelo uso dos quatro em conjunto.

A ideia de proporcionar uma maior densidade analítica das 65 peças retiradas da Folha de São Paulo (FSP) teve por base a proposta de análise discursiva realizada por Michel Foucault a partir do seu “L’ordre du discours”, sua aula inaugural proferida no Collège de France, ao assumir o lugar deixado vago por Jean Hyppolite, após a sua morte. Nesta aula, que veio a ser depois publicada (Foucault, 2001), Foucault apresenta de modo mais estruturado as relações entre os discursos e o poder, ao mesmo tempo em que torna pública uma proposta de análise discursiva a ser aplicada aos seus estudos futuros no próprio Collège de France. Contudo, mais do que consolidar uma metodologia, o

autor nos revela a complexidade do seu trabalho, na medida em que leva em conta uma teoria sobre os discursos que pressupõe múltiplas descontinuidades e as relações entre acaso e pensamento na produção e reprodução discursivas. Assim, ele parte do pressuposto de que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (op. cit., p. 9).

Primeiramente, Foucault afirma que, nas sociedades, há *procedimentos de exclusão*. O primeiro deles, o mais conhecido, seria a *interdição*. Esta expressar-se-ia a partir de tipos diferentes de interdição e de seus múltiplos cruzamentos, tais como o tabu do objecto; o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusividade do sujeito que fala. Para ele, estas interdições são mais nítidas no universo da sexualidade e da política e, mais do que traduzirem as lutas existentes nestes dois universos, mostram aquilo pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar.

O segundo procedimento de exclusão refere-se à *separação* e à *rejeição*, em relação aos quais cita o exemplo da loucura. Segundo ele, antes de ser medicalizado, o discurso do louco sempre aparecia como ruído: tanto podia ser anulado em meio a todos os discursos existentes, como podia colocar-se em oposição a estes mesmos discursos, ao dizer uma verdade antes inacessível. Em ambos os casos, era a partir dos discursos que se reconhecia a loucura, para a qual existia um outro lugar, já que o louco era separado do convívio social. Com a medicalização, todo um saber sobre o louco passa a ser produzido, em relação ao qual se distinguem os profissionais que, diferentemente do que se fazia antes, dão uma grande atenção à loucura, embora, desta maneira e através de outras instituições, ainda se continue a separar o louco da vida em sociedade.

O terceiro procedimento é o que ele define como *vontade de verdade*, que também tem suas bases institucionais. Historicamente ter-se-ia deslocado da eficácia do discurso para o próprio enunciado. A expressão da vontade de verdade dar-se-ia através das práticas formais de ensino, do acúmulo do conhecimento, sociedades científicas etc., mas também no modo como o saber é aplicado, distribuído, partilhado, valorizado e atribuído em uma sociedade.

Além dos procedimentos de exclusão, que dão conta da exterioridade e materialidade dos discursos, há os *procedimentos internos*, expressos através de suas “técnicas”. A primeira delas é o *comentário*. Com o comentário, Foucault refere-se às possibilidades de um discurso permitir que se construam “novos” discursos indefinidamente, além do seu papel de dizer ‘a última palavra’ acerca do que estava silenciosamente articulado no texto ou discurso que lhe precedeu. Assim, o comentário ressalta a qualidade do discurso em revelar-se como repetição disfarçada.

O segundo procedimento inerente ao discurso é o *autor*, que se mostra como um princípio de agrupamento discursivo, “como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, *op. cit.*, p. 26). Foucault não se refere ao indivíduo que diz algo ou escreve um determinado texto, mas à ideia de que o texto “x” tem uma autoria, que não é anônimo, nem foi incorporado ao cotidiano. Isto não significa que o que circula “anonimamente” não tenha tido uma autoria ou que aquilo que tem autor não se torne de “todos”. Assim, se “o comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma de repetição e do mesmo”, “o princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (*op. cit.*, 29).

Além do comentário e do autor, Foucault também se refere às *disciplinas*, que se apresentam como um princípio limitador sobre os discursos. Trata-se de um processo de categorização, que dá ênfase ao princípio unificador: pressuposto básico, previamente conhecido, sobre o qual é necessário que se saiba para que se formulem proposições “novas” e “verdadeiras”. Mas há duas considerações a fazer: (a) “uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa” e (b) “para pertencer a uma disciplina uma proposição deve poder inscrever-se num certo horizonte teórico” (*op. cit.*, p. 31 e 33). Ou seja: os discursos devem adequar-se ao contexto teórico de sua produção, ao qual devem pertencer. Assim, ele destaca as possibilidades do *monstro verdadeiro* e do *erro disciplinado*. O primeiro refere-se a uma “verdade” que não se adequa ao modelo teórico e que dá uma base às formulações consideradas verdadeiras num dado contexto; o segundo refere-se a um “erro” que, a partir desse mesmo modelo, pode ser visto em certa ocasião como uma verdade. Tanto um como o outro indicariam as possibilidades enunciativas consideradas “verdadeiras” em torno de certo “repertório” disponível.

No interior dos seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber. (...) [Ao mesmo tempo] é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reactivar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva. (*op. cit.*, p. 33-6)

Aos procedimentos de exclusão e procedimentos internos ao discurso, Foucault acrescenta também os procedimentos que determinam as condições de funcionamento dos discursos, das regras impostas

aos indivíduos que os pronunciam, de modo que não se permita que todos tenham acesso a eles. Trata-se de dizer quem pode fazer parte da ordem do discurso, tanto por suas qualificações, como por suas possibilidades de satisfação a determinadas exigências sobre sua produção e reprodução. Neste âmbito, observam-se a troca e a comunicação como processos que actuam no interior dos seguintes sistemas complexos de restrição: (a) os *rituais*, ou seja, as formalizações que se expressam como prescrições e protocolos discursivos a partir de “propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos” (op. cit., p. 39) e (b) as *sociedades do discurso*, com a função de conservar ou produzir discursos, para que circulem nos espaços fechados e que podem ser ligadas a certos grupos ou serem mais difusas, por intermédio de doutrinas e de apropriações sociais dos discursos.

Diante desta complexa teoria sobre os discursos, como pensar sua possível análise?

Segundo Foucault, inicialmente, deve-se considerar o *princípio de inversão*, a partir do qual pode-se relativizar o papel positivo de algumas figuras apresentadas – autor, disciplina, vontade de verdade –, reconhecendo seu jogo negativo de promoção de um recorte e de rarefação discursiva. Segue-se, então, o *princípio da descontinuidade*, segundo o qual a existência de sistemas de rarefação não implicam em um universo discursivo

ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhes, enfim, a palavra. (...) Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem (op. cit., p. 52-3).

Outro *princípio é o da especificidade*, que indica que não se deve “transformar o discurso em um jogo de significações prévias” (op. cit., p. 53), como se o mundo fosse um universo a ser decodificado. Foucault ressalta que os discursos seriam uma forma de violência que se faz às coisas, uma prática imposta que confere regularidade aos acontecimentos discursivos.

A última regra seria a da *exterioridade*, com a qual ele sugere que não se passe do discurso para o

seu núcleo interior escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele; mas a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras (op. cit.).

Ele acrescenta ainda quatro marcos reguladores para a realização dessa análise: as noções de acontecimento, de série, de regularidade e de condição de possibilidade. Dessa forma, Foucault estabelece os níveis crítico e genealógico de sua proposta de análise discursiva.

De uma parte, o conjunto “crítico”, que põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação de que falava há pouco; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram,

que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. De outra parte, o conjunto “genealógico” que põe em prática os três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação. (Foucault, 2001, p. 60-1)

A partir desta perspectiva de análise discursiva, ele oferece o exemplo de um estudo sobre a sexualidade, o qual ele considera ‘difícil’ e ‘abstracto’ contemplar sem analisar os conjuntos dos discursos sobre este tema que são produzidos nos contextos literário, religioso ou ético, biológico e médico, e jurídico. Afinal, como a sexualidade encontra-se “nomeada, descrita, metaforizada, explicada, julgada” nesses contextos? De facto, para Foucault não existe “o” discurso ou “um” discurso pronto e regular sobre a sexualidade, assim como as interdições não apresentam a mesma forma e não interferem da mesma maneira nos diferentes discursos e na direcção da consciência.

E, inversamente, essas diferentes regularidades discursivas não reforçam, não contornam ou não deslocam os interditos da mesma maneira. O estudo só poderá ser feito, portanto, conforme pluralidades de séries nas quais interfiram interditos que, ao menos em parte, sejam diferentes em cada uma delas [destaque nosso] (op. cit., p. 67-8).

Assim, a partir desta proposta de análise dos discursos apresentada por Foucault, então talvez nos devêssemos perguntar: de que maneira pode-se pensar o nexo obesidade/pobreza?

É um facto que esta pergunta é mais ampla do que a proposta no início deste artigo. Isto porque, segundo o próprio Foucault, para realizar uma análise crítica e genealógica acerca do tema, não poderíamos limitar nosso estudo das relações entre a obesidade e a pobreza “apenas” ao discurso jornalístico. No entanto, além de ser necessário abordar os múltiplos discursos que dizem coisas a respeito da obesidade e da pobreza – da biomedicina, da epidemiologia, das ciências sociais, de outras importantes narrativas –, é necessário considerar também a especificidade do discurso jornalístico, que se propõe também plural, irregular e descontínuo em sua própria dinâmica de produção.

De facto, o ponto de partida deste trabalho foi o jornalismo, em função de se ter oferecido, através de diversos media, como o espaço público principal que deu condição de visibilidade ao tema obesidade/pobreza. O ponto de chegada também foi o jornalismo em função de ser um grande catalisador de discursos, comentários, autoria e disciplinas – procedimentos internos do próprio discurso jornalístico –, que lhe conferem pluralidade e ao mesmo tempo coerência e identidade enquanto tal. Assim:

(a) os comentários estão presentes através dos diversos elementos jornalísticos que estão no jornal, das tematizações e das edições e reedições do tema, ao mesmo tempo em que a notícia tem em sua própria definição a necessidade do novo, um novo que não se expressa a partir do modo como é dito



ou do que é efectivamente dito em seu texto, mas, como diria Foucault, no “acontecimento de sua volta” (op. cit., p. 26);

(b) a autoria se encontra na diferença entre uma notícia ou reportagem assinada e outra sem autor, assim como entre notícia e opinião e, no contexto da opinião, a que é assinada e a que não o é, ou seja, o editorial e

(c) as disciplinas que figuram não apenas através das editoriais no jornal, assim como das disciplinas não jornalísticas que são privilegiadas ou não na produção de notícias e do próprio jornalismo enquanto disciplina, que exerce o controle da produção do que deve ser noticiado.

É preciso considerar também os procedimentos de exclusão dos discursos no jornalismo, onde:

(a) o tabu do objecto se encontra no princípio do que se estabelece como sendo notícia no jornalismo, limitado pela escolha do assunto ou tema e do espaço que lhe é destinado;

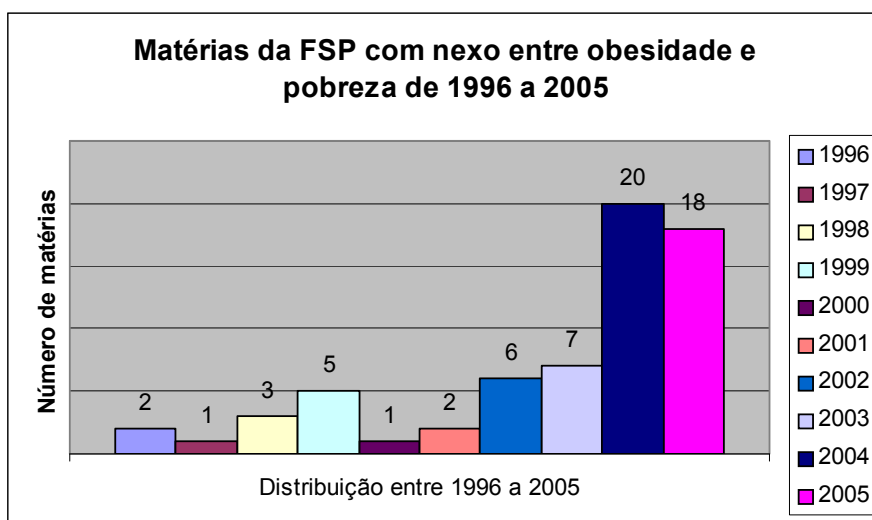
(b) o ritual de circunstância é identificado a partir do contexto histórico de produção das notícias analisadas, os aspectos intencionais e casuais relacionados com esta produção e

(c) o direito privilegiado ou exclusividade do sujeito que fala, ligado às fontes e suas qualificações e posições, ao furo, às entrevistas de especialistas, público leigo, instituições, destaques ou ausência de certos indivíduos etc.

Da mesma forma, também não se podem esquecer as condições de funcionamento do próprio discurso jornalístico, além das particularidades da sua produção segundo os diferentes media. Nesse sentido, é preciso ressaltar o jornalismo como um espaço de expressões doutrinárias diversas e de apropriação social dos discursos.

### **3. Metodologia de investigação**

Este estudo realizou-se a partir da análise de 65 peças do jornal Folha de São Paulo – um dos mais vendidos no Brasil –, que se referissem ao nexos obesidade/pobreza, entre 1996 e 2005. É significativo que entre as 65 peças, 48, ou seja, mais de um terço, tenham sido publicadas apenas entre 2003 e 2005, após a tomada de posse de Lula da Silva à presidência, em Janeiro de 2003, quando este oficializou o seu principal programa social, o Fome Zero.



A metodologia de análise das peças foi desenhada a partir de quatro vieses:

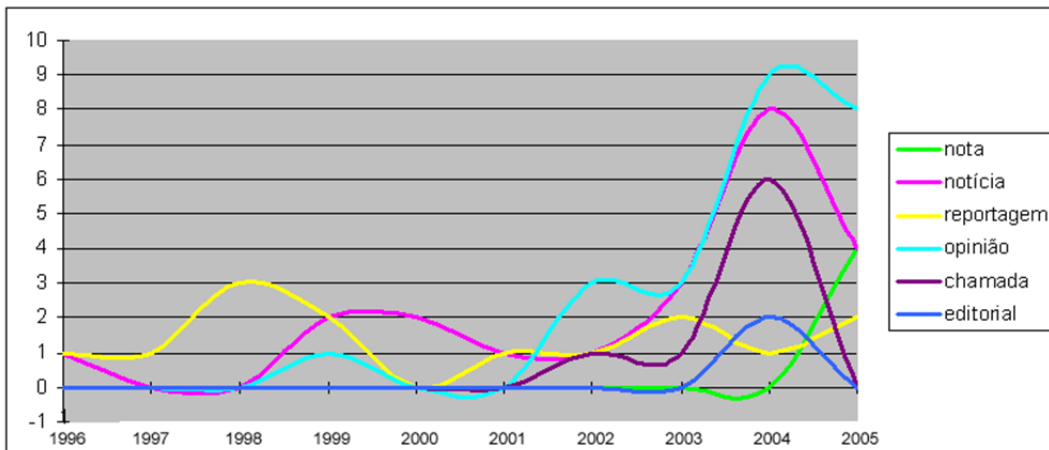
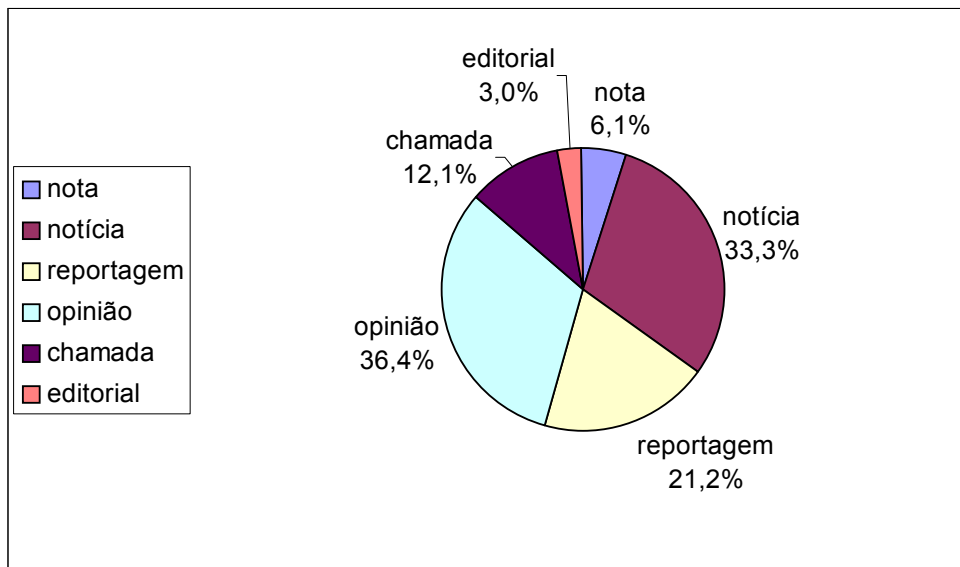
- a) análise de conteúdo;
- b) análise dos discursos das principais fontes;
- c) análise dos contextos históricos de produção das notícias e
- c) análise das principais metáforas encontradas.

### **3.1. Análise de conteúdo**

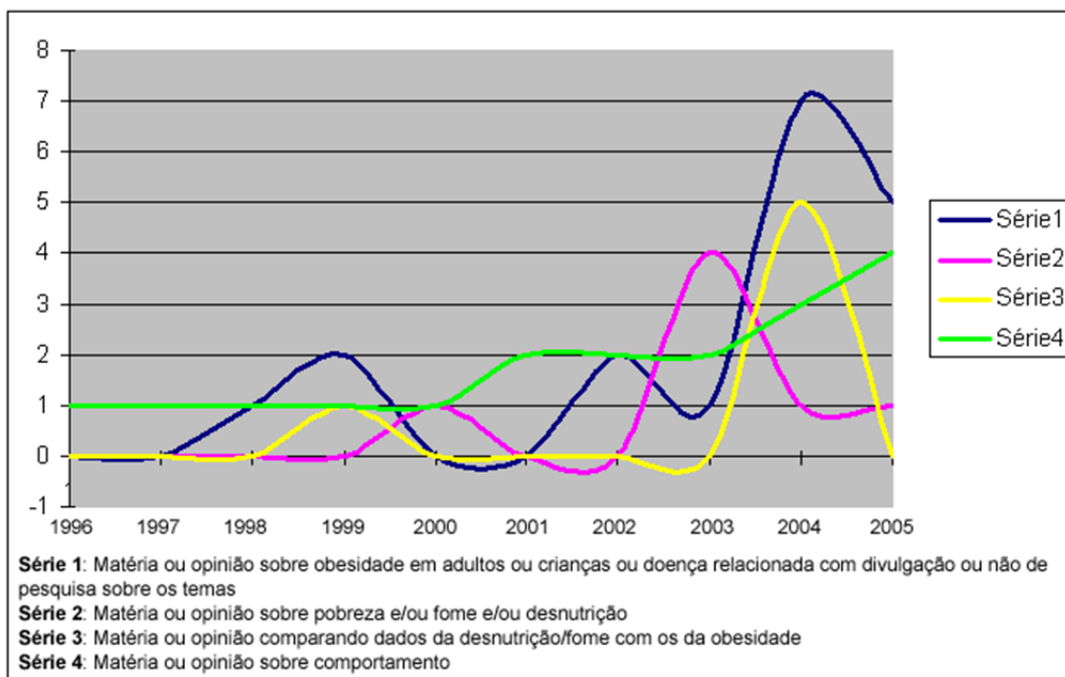
O primeiro viés teve por base uma análise de conteúdo das 65 peças estudadas, para as quais foram constituídas diversas categorias, organizadas em quatro grupos: a) definição da matéria no jornal; b) credibilidade da informação ou quem fala; c) caracterização da obesidade e do obeso e d) caracterização da pobreza e nexó com a obesidade.

a) Definição da matéria no jornal – O primeiro grupo contém as categorias que apontam para a definição da matéria a partir de suas características principais, tais como: seu lugar no jornal; seu grau de aprofundamento; opinião versus informação e objectivo principal do assunto da notícia. Constituiu-se a partir da identificação dos itens: editoria, género jornalístico e foco principal da matéria.

Um exemplo que se pode observar neste grupo de categorias é o que se refere aos géneros jornalísticos que no conjunto das 65 peças analisadas teve a seguinte distribuição:



Já a categoria foco principal da matéria pode ser observada a partir do seguinte gráfico:



b) Credibilidade da informação ou quem fala – Este grupo reúne as categorias que remetem aos recursos utilizados no jornal e que podem conferir credibilidade à informação. Neste sentido, identificou-se a fonte principal da matéria; a existência ou não de depoimentos e de quem são tais depoimentos e o grau de consistência dos dados estatísticos ou os índices apresentados na matéria. Constituiu-se a partir dos itens: fonte principal da matéria; depoimentos; consistência dos dados.

Por exemplo, no conjunto do material retirado da Folha de São Paulo considerou-se que a fonte poderia ser:

1. ausente ou constituir-se pelo próprio jornalista ou colunista;
2. fonte estrangeira;
3. instituição ou organização do Estado;
4. instituição ou organização continental/mundial;
5. assessoria de imprensa de congressos;
6. médico ou investigador de instituição pública nacional;
7. médico ou investigador de outras instituições;
8. outros.

Assim, constatou-se que a maioria das peças (44,6%) não tinha uma fonte principal ou a fonte identificava-se como sendo o próprio jornalista ou colunista. Em segundo lugar, cerca de um quinto das peças tinham como fonte principal alguma organização do Estado. Entre as primeiras peças, a grande maioria era de opinião (62%) e as restantes (27,5%), reportagens que utilizaram mais de uma fonte. Destaca-se que as reportagens foram mais encontradas entre 1996 e 2001 e as opiniões entre 2002 e 2005. Isso demonstra que a consulta a múltiplas fontes de informação foi mais comum nos seis primeiros anos estudados – de 1996 a 2001 –, enquanto o próprio jornalista ou colunista como fonte principal são mais frequentes nos quatro últimos anos – de 2002 a 2005, quando foram encontradas mais peças (ver quadro). Nota-se que no conjunto das peças de opinião encontradas entre 2002 e 2005, incluem-se nove artigos apenas do colunista e médico Dráuzio Varella. Uma análise mais pormenorizada das fontes e de seus discursos constituiu-se num segundo viés de análise de todo o material, tendo sido, inclusive, já publicada (Carvalho, 2009, 2011).

c) Caracterização da obesidade e do obeso – Abrange desde as definições da obesidade, assim como as causas e consequências da obesidade tal como referidas nas peças seleccionadas. Constituiu-se a partir da identificação dos itens: definição de obesidade; definição de obesidade como um mal em si; obesidade e sobrepeso; causas da obesidade; consequências emocionais da obesidade; consequências sociais da obesidade; comportamento do obeso; características epidemiológicas dos obesos e prevenção e combate à obesidade.

No que se refere às causas da obesidade verificou-se que as causas mais frequentes da obesidade indicadas pela FSP foram:

<b>CAUSAS DA OBESIDADE</b>	
(a) alimentar-se mal ou de forma errada ou comer muito	<b>35,7%</b>
(b) maior facilidade de acesso a alimentos mais calóricos ou de má qualidade	<b>19,4%</b>
(c) sedentarismo	<b>17,8%</b>
(d) predisposição genética	<b>13,2%</b>

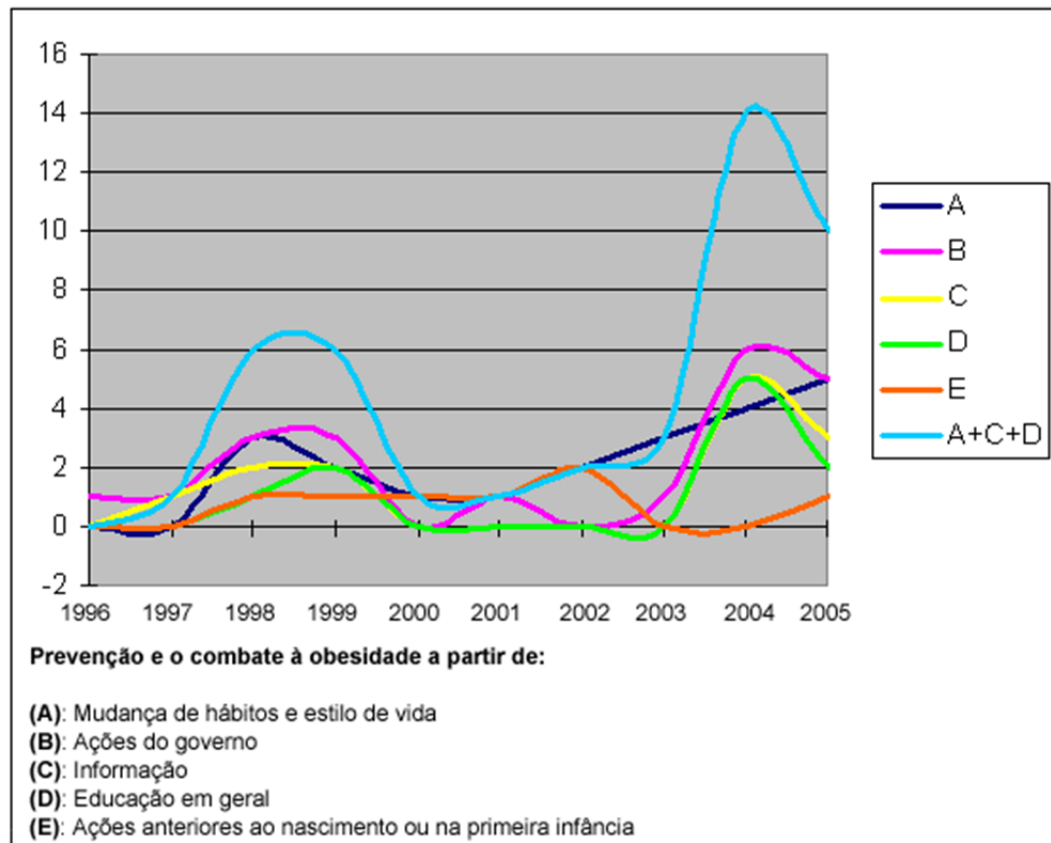
Embora seja muito comum as peças jornalísticas apontarem para mais de uma causa da obesidade no texto, de modo geral, o que se percebe é que há uma predominância das causas comportamentais, destacadas pela soma das percentagens de (a) e (c) na tabela (53,5%). Assim, tal como é mostrada nos textos jornalísticos, a obesidade pode ser considerada, principalmente, um “mal evitável”, já que tem como causa principal o “mau comportamento” – revelado pelo modo incorrecto ou exagerado de comer ou pela falta de exercícios físico.

Portanto, segundo os textos do jornal, a maior parte do problema da obesidade teria como motivo práticas de vida consideradas menos saudáveis. Este aspecto não só estabelece que a mudança de hábitos individuais possa levar a uma diminuição dos números da obesidade, assim como responsabiliza o indivíduo em relação ao seu peso e, conseqüentemente, pelo seu estado de saúde. Isso reforça a elaboração de políticas de combate à obesidade muito mais baseadas no auto-gestão dos indivíduos.

Outra categoria interessante cujos resultados podem ser muito significativos para o estudo das relações entre comunicação e risco é no que diz respeito às características epidemiológicas da obesidade e a prevenção e o combate à obesidade. Assim, em relação à *prevenção* e ao *combate à obesidade*, embora parte das matérias não tratasse directamente deste assunto, numa parte importante das matérias analisadas (65%), o tema esteve presente. A prevenção e o combate à obesidade foram enfatizados a partir de aspectos como (a) a mudança de hábitos e o estilo de vida; (b) acções do governo; (c) informação; (d) educação em geral e até mesmo (e) acções anteriores ao nascimento ou na primeira infância.

<b>PREVENÇÃO E COMBATE À OBESIDADE</b>	
(a) Na mudança de hábitos alimentares e estilo de vida	29,9%
(b) Programas ou acções do governo e informação	23,9%
(c) Informação	19,4%
(d) Encontra-se na educação (dos pais, escola etc.)	14,9%
(e) Deve ser anterior ao nascimento ou na primeira infância	9%
(f) outros	3%

Logo, vê-se que a predominância está em (a) e (b), o que leva a crer que, por mais que se dê grande importância ao controle feito pelo próprio indivíduo sobre seus comportamentos e hábitos, existe uma tendência em também se responsabilizar, tanto ou até mais, as instâncias formais de poder, em particular o governo. Isso se aplica especialmente a um grande número de matérias entre 1998 e 1999 e 2003 e 2005. Porém, quando as matérias também apontam de modo significativo para a importância da informação e da educação no processo de prevenção da obesidade, também destacam a necessidade de se mudarem hábitos alimentares e estilos de vida, afinal, informa-se e educa-se no sentido de se promover tais mudanças. Assim, ao somar (a), (c) e (d) – linha azul do gráfico abaixo – vê-se que há uma ênfase na mudança de hábitos e no estilo de vida, isto sem considerar a exigência por ações públicas de combate à obesidade que, em geral, têm como foco a educação e a informação que tem como base o controle do indivíduo sobre o seu comportamento alimentar.



d) Caracterização da pobreza e nexos com a obesidade – Neste nível avaliou-se o modo como as matérias da FSP abordam a relação entre obesidade e pobreza. Neste sentido, é observado o modo como os textos se referem à pobreza; de que modo se dá o nexo entre obesidade e pobreza e se é feito algum tipo de cobrança em relação ao Brasil ou ao governo em relação à obesidade e/ou em relação à pobreza.

Os aspectos que se destacaram na análise das categorias foram esmiuçados à parte e acabaram por constituir como níveis diferentes ou vieses a partir dos quais texto e contextos foram analisados: (2) principais contextos de produção dos discursos; (3) fontes mais presentes na FSP; (4) metáforas mais evidentes.

### **3.2. Análise dos discursos das principais fontes**

Este nível da análise do material da Folha de São Paulo deu-se a partir da análise de conteúdo que se fez anteriormente. Além disso, deve-se considerar que, no jornalismo, em especial no jornalismo da saúde, a presença da fonte assegura a autenticidade da informação. No caso das notícias científicas e médicas, a fonte não fornece um simples testemunho, mas, em geral, diz algo a partir de um lugar que lhe confere autoridade para dizê-lo, tornando verosímil o que é enunciado. Em relação ao tema da saúde, as figuras do médico e do cientista/investigador em saúde são determinantes. Se, além do seu título, a fonte também for um representante de uma organização ou associação em saúde, esta condição lhe dá autoridade para representar oficialmente seus pares, como se a sua voz fosse a de muitos.

Alguns, porém, além de terem o título de uma autoridade em saúde e de serem fontes importantes para os jornalistas, podem assumir uma condição diferenciada no campo jornalístico, ao actuarem como “intelectuais-jornalistas” (Bourdieu, 1997). Os intelectuais-jornalistas seriam figuras híbridas, meio jornalistas, meio especialistas que, entre outras coisas, representariam um modo de o jornalismo exercer certa influência sobre os campos especializados. Sendo assim, com uma linguagem aparentemente mais acessível ao público de não-especialistas, conduziriam à compreensão e orientariam para o consumo do que faz parte de um universo outro, distinto do jornalístico, que neste estudo de caso, é o universo mesmo da saúde.

Nas peças da Folha prevaleceram cinco tipos de fontes:

1. o Estado;
2. uma organização de especialistas;
3. um especialista representante de uma organização;
4. um investigador representante do seu campo e
5. um intelectual-jornalista.

Como já se viu, certas fontes são mais frequentes que outras, demonstrando que a estas o jornal concede especial autoridade. Cada uma das fontes apresenta ideias que são predominantes nos seus discursos e, dessa forma, tornam-se os representantes ou porta-vozes de um modo de pensar, de uma tendência e até de uma racionalidade em relação ao tema em questão, conduzindo a opiniões distintas acerca do nexos obesidade/pobreza.

Na Folha de São Paulo, na maioria das vezes em que se mencionou o nexo obesidade/pobreza, as fontes foram utilizadas no sentido de se fazer frente ao discurso do Governo. Na maior parte dos casos, porém, não houve crítica directa a ideia de investir-se o dinheiro público em acções de carácter social. Ao contrário, foram mais frequentes os argumentos mais científicos, supostamente “menos” políticos, mas que pudessem desqualificar os fundamentos dos programas de combate à desnutrição em geral, inclusive o Fome Zero.

### **3.3. Análise dos contextos históricos de produção das notícias**

Há três períodos importantes no contexto de produção das peças que tratam da relação entre a obesidade e a pobreza e que, portanto, deveriam ser considerados em particular. Essa importância se instituiu a partir do contraste observado entre o número de matérias realizadas antes e depois desses períodos. De facto, com os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo percebeu-se que era provável que nesses três períodos algumas questões relacionadas com o nexo obesidade/pobreza seriam mais evidentes. Assim, viu-se que este nexo é utilizado como argumento, directa ou indirectamente, de modo a justificar a diminuição de gastos públicos em programas sociais, nos seguintes períodos: 1998 a 1999; 2002 e 2003 a 2005.

Como se pode observar a seguir, vê-se que, para cada um dos anos separadamente, 1998, 1999, 2002, 2003, 2004 e 2005 houve um aumento significativo do número de peças, o que parece confirmar-se quando se reúne em pares de anos.

<b>Anos</b>	<b>Nº de matérias</b>	<b>Pares de anos</b>	<b>Nº de matérias</b>
1996	2	1996 / 1997	3
1997	1		
1998	3	<b>1998 / 1999</b>	<b>8</b>
1999	5		
2000	1	2000 / 2001	3
2001	2		
2002	6	<b>2002 / 2003</b>	<b>12</b>
2003	7		
2004	20	<b>2004 / 2005</b>	<b>38</b>
2005	18		

Apesar do nome que foi dado a este nível de análise, no contexto histórico de produção das unidades noticiosas analisadas a intenção não era a de fazer um trabalho de historiador. Na verdade, com a apropriação de certos instrumentais do historiador, pretendia-se extrair certa narrativa histórica sobre o Brasil nos períodos em destaque, em particular através das informações divulgadas pelos próprios meios de comunicação de massa, em especial a própria FSP. Portanto, o objectivo não era saber o que realmente tinha acontecido, uma vez que há limites historiográficos evidentes quando se restringe



uma discussão contextual histórica ao que se apresentou como facto através dos media. Assim, partindo desta narrativa ou “história” mediatizada, consideraram-se as intencionalidades presentes nos recursos próprios da produção do texto jornalístico, as ênfases, as repetições, as metáforas, as ausências etc, tal como é sugerido por Foucault. Além disso, observou-se o aspecto noticioso dos acontecimentos que, embora tenham se apresentado como factos ou eventos “casuais”, e tenham certa irregularidade histórica, também desempenharam papel de destaque na construção desta mesma narrativa. Um exemplo: os efeitos do El Niño na longa seca que aconteceu no Nordeste do Brasil em 1998 e que levou a um certo caos social em alguns lugares – violência, saques etc. Desse modo esperava-se observar e resgatar, de um modo privilegiado, certo trabalho cenográfico onde também teriam actuado os principais discursos acerca do nexos obesidade/pobreza no Brasil e que de alguma forma poderiam ser vistos como co-responsáveis pela sua emergência.

### **3.4. Análise das principais metáforas encontradas**

A partir da análise de conteúdo percebeu-se que, especialmente do ponto de vista das fontes e dos contextos históricos de produção, havia uma certa ênfase em algumas noções e conceitos, que tinham uma tendência para se repetirem. Tais noções e conceitos apareciam nos discursos através de certas ideias estereotipadas às quais deu-se o nome de *metáforas*. No total, foram sete as principais metáforas encontradas:

1. Geografia da obesidade e da pobreza e o lugar do Brasil;
2. Excesso X Falta;
3. Migração da gravidade;
4. Analfabetismo alimentar;
5. Naturalização de uma questão social;
6. Anacronismo biológico;
7. Pobreza enquanto risco.

Tomando como exemplo a “pobreza enquanto risco”, até mesmo por sua adequação ao tema do Congresso da AE-IC 2012, vimos que esta metáfora é identificada essencialmente a partir do modo como a pobreza e o pobre são caracterizados segundo se constata a partir da análise de conteúdo realizada nas 65 peças. De facto, a pobreza é referida como um dos principais factores de risco – senão o maior – da obesidade, pois, segundo é afirmado o pobre:

- a. come mais açúcar e hidratos de carbono e menos frutas, hortaliças e proteínas;
- b. é menos informado;
- c. é mais sedentário, pois tem pouco espaço para práticas desportivas;
- d. pode ter histórico de desnutrição, inclusive durante a gestação;

e. consome alimentos mais baratos, logo mais calóricos;

f. tem menos percepção da importância para a saúde de se manter o peso adequado

Dessa maneira, a pobreza é apresentada como um factor de risco que se distingue dos outros por conter outros factores de risco, adquirindo, assim, estatuto de “síndrome” de risco. Enquanto síndrome de risco, a pobreza parece ganhar status semelhante ao de uma síndrome patológica, o que leva a sua medicalização e a uma abordagem focada nos “sintomas”. Assim, talvez se justifique a quase ausência de cobrança de acções ou políticas de combate à pobreza nas matérias analisadas. Quando houve cobrança, o veículo optou pelos argumentos que, directa ou indirectamente, levassem ao combate à obesidade em primeiro lugar.

Portanto, as soluções para o problema da obesidade entre os pobres acabariam por ficar sempre na ordem do (1) acesso à informação; (2) da educação e (3) do controle directo do governo sobre o que o pobre come. É como se, para os pobres, tal como para crianças, se estabelecesse uma alternativa política disciplinar, já que a possibilidade de escolha, neste caso, encontra-se suspensa e fora de questão como estratégia.

## Conclusão

Quando pensamos os media, em particular o jornalismo em sua relação com a saúde, não podemos desvinculá-lo da sua dimensão social e política, preocupando-nos apenas com a acuidade de seu discurso no veículo analisado. Em particular, quando pensamos sobre jornalismo e saúde a partir da análise da produção, reprodução, repetição, exclusão ou ênfase e apropriações de certas noções a respeito do nexo obesidade/pobreza, não se pode deixar de perceber esta prática como uma “violência”, no sentido a que Foucault (2001) se refere, ou seja, de uma imposição que promove certa regularidade ao discurso e constitui o nexo obesidade/pobreza como um acontecimento mediático e discursivo que, enquanto tal, é supostamente “novo”.

E não seria realmente novo, visto que até então a pobreza, sobretudo quando extrema, costumava ser narrada a partir de situações de escassez e, conseqüentemente, também da fome e da magreza?

Recorremos mais uma vez a Foucault que nos explica que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (op. cit., p. 26). Ou seja: a novidade expressa a partir do nexo obesidade/pobreza se apresenta pela redefinição do conceito de pobreza e do novo “perfil” do pobre. Este novo status da pobreza é forjado a partir da reedição de um discurso baseado na modernização do Brasil, da sua equiparação com as nações ricas e da retomada de estratégias de “exorcismo” da pobreza enquanto questão social. De facto, quando a pobreza é medicalizada, em função do seu vínculo com a obesidade, ela se transforma em uma questão de saúde, para a qual admite-se apenas

o “tratamento” – mais “livre” ou mais disciplinar, dependendo do sujeito para o qual este tratamento se direcciona.

#### Referências bibliográficas

Beck, Ulrich (1992): Risk society: towards a new Modernity. London: Sage Publications.

Carvalho, Monica (2007): Obesidade e pobreza na imprensa: epidemiologia de uma questão social. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação.

\_\_\_\_\_ (2009): Campo jornalístico, campo da saúde e racionalidades políticas a partir do estudo de caso de um intelectual-jornalista. In: KUSHNIR, B. (Org.) Maços na gaveta: reflexões sobre mídia. Niterói, RJ: Biblioteca EdUFF, p. 177-196.

\_\_\_\_\_ (2011): Racionalidade política na imprensa de saúde: o papel das fontes na construção da relação entre a obesidade e a pobreza no jornal brasileiro Folha de São Paulo. Comunicação e Sociedade (no prelo)

Foucault, Michel (2001): A ordem do discurso. São Paulo: Loyola.

Kac, Gilberto y Velásquez-Meléndez, Gustavo (2003) A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. Cad. Saúde Pública, 19(Sup. 1):S4-S5.

Lupton, Deborah (1999): Risk. London: Routledge.

Monteiro, Carlos A., Conde, Wolney L. y Popkin, Barry M. (2002) “Is Obesity Replacing or Adding to Undernutrition? Evidence from Different Social Classes in Brazil”. Public Health Nutrition, vol. 5, n. 1A, p. 105-112

OMS (2003) : Obésité: prévention et prise en charge de l'épidémie mondiale: rapport d'une consultation de l'OMS, Genève: OMS.